

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.753 - RJ (2018/0316553-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S/A
ADVOGADOS : GLAUCUS PIMENTA DE SOUSA - RJ100886
RICARDO BOECHAT RIBEIRO MESSA - RJ113924
LUIS HENRIQUE FONSECA RIVELLI - RJ119131
ADRIANA CHAGAS DIAS DA ROSA - RJ084154
AGRAVADO : CONDOMINIO RESIDENCIAL LIMEIRA TENIS CLUBE
ADVOGADO : LUCIANO TADEU ARCANJO - RJ109321

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 420):

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE COLETA DE ESGOTO COBRANÇAS INDEVIDAS.

- 1- Recurso interposto em face de decisão que na forma do art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao apelo da agravante.
- 2- A cobrança da tarifa de esgoto se traduz em abusiva quando, como no caso em exame, simplesmente não existe rede coletora na localidade onde está situado o condomínio agravado, sendo os dejetos coletados por empresa especializada.
- 3- Prova de que diversos moradores requereram a ligação nova, que foi cadastrada como “hidrometrada sem esgoto”.
- 4- Decisão monocrática que se mantém, por seus próprios fundamentos.
- 5- Recurso conhecido e improvido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 431-434).

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts. 458, II e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973.

Sustenta omissão do acórdão recorrido no tocante à existência de rede coletora de esgoto administrada pela recorrente na localidade, tendo em vista documentos assinados pelos moradores solicitantes, que comprovam que foram requeridas e executadas novas ligações para os imóveis do condomínio recorrido, com serviço

efetivamente prestado pela recorrente.

Requer, outrossim, a anulação do acórdão recorrido.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 191).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 472-473 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 501-512 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Inicialmente, no tocante à apontada ofensa aos arts. 458, II e 535, II, do CPC/1973, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto à pretensão da ora agravante, a Corte de origem, com base nos fatos e provas constantes dos autos, entendeu que a cobrança da tarifa de esgoto é abusiva quando não existente rede coletora na localidade onde situado o condomínio agravado.

Extraí-se do acórdão que julgou o agravo interno na apelação (e-STJ, fl.

422):

A cobrança da tarifa de esgoto no caso em exame é abusiva, simplesmente por não existir rede coletora na localidade onde está situado o condomínio agravado. Os documentos de fls. 162/176 somente demonstram que a ligação é do tipo “hidrometrado sem esgoto”, o que resta patente que somente há fornecimento de água no local.

Acrescenta-se que o agravado comprovou a contratação de empresa responsável pela sucção de dejetos sanitários.

Assim, resta inafastável a conclusão que a unidade consumidora não possui sistema de esgoto.

Por fim, como se vê, os demais argumentos lançados no Agravo Interno já foram exauridos na decisão hostilizada, não necessitando de reparos.

Destarte, o que se verifica é uma insistente tentativa de reexame da matéria. Portanto, em termos objetivos, há, tão somente, a manifestação da irresignação da agravante com a decisão monocrática.

A parte tem direito a uma decisão, mas não necessariamente uma que atenda a seus interesses.

Em verificando o Colegiado inexistir qualquer ilegalidade, ou mesmo irregularidade, no ato monocrático impugnado, e sendo certo que a parte recorrente não trouxe qualquer elemento cognoscível capaz de contrastar as premissas adotadas no decisum, é de consequência confirme o Tribunal, pelos seus próprios termos, a decisão do Relator.

Aduz o acórdão dos embargos de declaração (e-STJ, fl. 433):

No caso, restou comprovada a instalação de serviço de fornecimento de água, com a ressalva de que seria “hidrometrado sem esgoto”. Ademais, há nos autos documentos que asseguram a contratação de empresa especializada em recolhimento de dejetos sanitários, o que corrobora a tese autoral que ilegalidade da cobrança.

Não há prova da prestação do serviço de esgotamento sanitário pela apelante.

Nas razões do especial, como se vê, fica evidente a intenção do reexame do contexto fático e probatório dos autos, o que atrai a incidência do disposto na Súmula 7 do STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. TARIFA. ESGOTAMENTO SANITÁRIO. CUMPRIMENTO DE UMA DAS FASES DO SERVIÇO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo reconheceu a ilegalidade da tarifa cobrada, por constatar que nenhuma das fases do serviço de esgotamento sanitário é efetivamente prestada: "Afirma a apelada que a ré não presta nenhuma das fases do serviço que lhe cabe. A apelante, por sua vez, embora tenha afirmado em seu recurso de apelação que o serviço de esgotamento sanitário é prestado, não ofereceu qualquer prova nesse sentido, ônus que a ela incumbia. Portanto, não ficando demonstrada pela apelante a efetiva prestação de serviço, ilegítima é a cobrança como corretamente reconhecido na sentença" (fl. 610).

2. Como se percebe, o acórdão recorrido não afirma simplesmente que o tratamento de esgoto sanitário não é realizado, mas que não se verificou a prestação do serviço de esgotamento.

3. Desse modo, analisar se, ao menos, uma das fases do serviço de esgotamento sanitário foi disponibilizada ao consumidor é tarefa que exige revolvimento fático-probatório, procedimento vedado no âmbito do Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 545.422/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 28/11/2014.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. TARIFA DE ESGOTO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE AFIRMOU INEXISTIR REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO LOGRADOURO. SÚMULA 7/STJ. NORMA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. Trata-se de Agravo Regimental contra decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Especial, no qual se controverte acerca da legalidade da cobrança de tarifa pela prestação de serviço de tratamento de esgoto.

2. O acórdão recorrido reconheceu a ilegalidade da cobrança de tarifa, uma vez que a prova pericial realizada atestou a inexistência da prestação do serviço à parte agravada.

3. O art. 9º do Decreto 553/1976, no qual a agravante fundamenta o Recurso Especial, possui natureza de norma infralegal estadual, a qual não pode ser analisada em Recurso Especial, em razão do teor da Súmula 280/STF, aplicável por analogia.

4. Ainda que fosse superável essa preliminar, o dispositivo em questão autoriza a cobrança em relação a logradouros dotados de sistema público de tratamento de esgoto. No caso presente, todavia, o acórdão recorrido atestou a "inexistência de uma rede própria para o esgotamento sanitário" (fl. 312), de modo que o acolhimento da pretensão da agravante exigiria revolver fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 7/STJ.

5. Todas as questões suscitadas nas razões dos Embargos de Declaração opostos na origem referem-se à matéria de mérito decidida de forma integral e motivada quando do julgamento da Apelação, razão pela qual não há falar em omissão (AgRg no Ag 1418577/RJ, Rel.

Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13.9.2011, DJe 19/9/2011; REsp 1.211.838/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 2.12.2010, DJe 10.12.2010).

6. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 63.111/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 1/3/2012, DJe 12/4/2012.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora